

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL

Jessica Krause Danieli

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NA PERCEPÇÃO DE MULHERES DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Porto Alegre

2023

Jessica Krause Danieli

**DESIGUALDADE DE GÊNÉRO NA PERCEPÇÃO DE MULHERES DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública e Social.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Bittencourt Meira

Porto Alegre

2023

À minha mãe, que sempre foi meu maior exemplo e minha maior incentivadora.

Às mulheres, que construíram as narrativas desse trabalho.

“O que é uma mulher? Eu lhes asseguro, eu não sei. Não acredito que vocês saibam. Não acredito que alguém possa saber até que ela tenha se expressado em todas as artes e profissões abertas à habilidade humana.”

Virginia Woolf

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo examinar se a economia solidária (ES), em contraposição à economia capitalista, poderia atuar na superação das disparidades de gênero. Isso implica avaliar a dinâmica produtiva solidária em seu potencial de transformar a realidade das mulheres com o reconhecimento do seu trabalho na esfera produtiva, e a valorização das atividades baseadas em reciprocidade e cuidado. A pesquisa investiga a condição de mulheres envolvidas em empreendimentos de ES, explorando suas posições de poder, tomada de decisões e acesso a recursos. Através de revisão bibliográfica e análise de três entrevistas, pretende-se identificar a manifestação de discriminação de gênero na ES e as estratégias para promover a igualdade e empoderamento feminino. A partir deste universo particular, busca-se enfatizar a importância da inclusão plena das mulheres como elemento-chave para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

Palavras-chave: mulheres; economia solidária; feminismo; desigualdade de gênero.

ABSTRACT

The aim of this paper is to examine whether the solidarity economy (SE), as opposed to the capitalist economy, could act to overcome gender inequalities. This implies evaluating the productive dynamics of solidarity in terms of its potential to transform women's realities by recognizing their work in the productive sphere and valuing activities based on reciprocity and care. The research examines the condition of women involved in SE ventures, exploring their positions of power, decision-making and access to resources. Through a literature review and the analysis of three interviews, the aim is to identify the manifestations of gender discrimination in SE and the strategies for promoting equality and women's empowerment. From this universe, the aim is to highlight the importance of the full inclusion of women as a key element in building a fair and just society.

Keywords: women; solidarity economy; feminism; gender inequality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	12
2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	12
2.2 AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	15
3 O MOVIMENTO FEMINISTA: CATEGORIZAÇÃO DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	19
3.1 ESTRUTURAS DO PATRIARCADO E DO CAPITALISMO.....	23
4 A ECONOMIA FEMINISTA.....	28
5 O OLHAR DAS MULHERES SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	34
5.1 RELAÇÕES DE TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL DAS ATIVIDADES.....	35
5.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E IGUALDADE DE GÊNERO.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXO – ROTEIRO ENTREVISTAS	50

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva analisar a presença e a participação das mulheres na economia solidária (ES), da perspectiva da divisão sexual do trabalho, para entender como elas atuam e quais as suas estratégias de geração de trabalho e renda. Partindo do reconhecimento da desigualdade histórica entre homens e mulheres, incorporada e reforçada ainda mais pelo sistema capitalista, torna-se incontornável a investigação dos modos de estruturar as relações sociais e de trabalho e como elas configuram papéis associados aos gêneros, criando uma cultura que desvaloriza o papel feminino em diversas esferas.

O problema que orienta este estudo indaga se, no âmbito da ES, haveria sinais de superação da disseminação da divisão sexual do trabalho. Isto é, tendo em vista o entorno socioeconômico e a ideia norteadora de que a ES promove a equidade e a igualdade socioeconômica, pergunta-se se a ES poderia alcançar a igualdade gêneros ou se reproduz os estereótipos da sociedade capitalista e patriarcal. (GUARIDO, 2007). O desenvolvimento da pesquisa visou alcançar uma compreensão de como se dá concretamente a inserção das mulheres nas atividades que exercem e qual a sua percepção sobre a distinção de gênero, no âmbito da ES. Busca-se entender o ponto de vista das mulheres envolvidas na ES e como elas desenvolvem atividades, considerando a divisão de gênero como variável central. Desta perspectiva, a ES assumiria um papel de relevo na construção de uma alternativa ao cenário econômico atual, já que promove o trabalho cooperativo e a autogestão, objetivando beneficiar a todos os envolvidos de maneira equitativa, em clara oposição ao sistema capitalista.

As mulheres têm desempenhado um papel fundamental na ES, enfrentando e superando barreiras historicamente impostas pela discriminação de gênero. A participação feminina nesse campo tem crescido significativamente, evidenciando seu protagonismo e contribuição para o fortalecimento de práticas econômicas alternativas e sustentáveis. No entanto, mesmo com avanços, as mulheres na ES ainda enfrentam inúmeras formas de discriminação e desigualdades de gênero, que limitam seu pleno desenvolvimento e autonomia. Questões como a divisão sexual do trabalho, a falta de acesso a recursos financeiros, a sobrecarga de responsabilidades familiares e as disparidades salariais persistem, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização. Como aponta Miriam Nobre (2003, p. 3), “A questão da mulher na ES iniciou-se com

a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres”, por isso a incidência da economia feminista na ES é um aspecto relevante a ser considerado neste trabalho.

O foco deste estudo é a desigualdade de gênero, instalada pelo sistema patriarcal e reforçada ainda mais pelo capitalismo, para verificar como ela se manifesta dentro da economia solidária. A análise da situação das mulheres na ES focaliza especialmente a discriminação no âmbito do trabalho. As questões abordadas tratam da representatividade feminina nas organizações solidárias, dos desafios enfrentados pelas mulheres em termos de acesso a oportunidades e recursos, bem como das estratégias e práticas adotadas para enfrentar e superar a discriminação. Os conceitos da Economia Feminista aparecem, então, para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, tanto no âmbito doméstico, da reprodução, quanto no âmbito da produção.

A escolha de estudar a relação das mulheres com a ES como tema do Trabalho de Conclusão do Curso de Administração Pública e Social se deu, primeiramente, devido à pesquisadora ser mulher e trabalhar, hoje, em uma empresa Cooperativa, que não a permite esquecer a condição das trabalhadoras dentro do modo de produção capitalista. Além disso, o compromisso com o movimento feminista e com a luta das mulheres foi também um elemento determinante para esta decisão.

A vontade deu-se pela experiência pessoal da pesquisadora no ambiente de trabalho tradicional, que a levou à questão das alternativas para que a discriminação não ocorra, ainda porque não deveria acontecer de maneira alguma! Trata-se também de uma tomada de posição de defesa da igualdade de oportunidades e tratamento justo não apenas para com as mulheres, mas para todos independentemente de gênero ou outras características. Para isso, o primeiro passo é conscientizar os leitores e leitoras desses acontecimentos, à luz da importância da igualdade em todos os aspectos da vida profissional, promovendo o diálogo sobre este tema, que afeta toda a sociedade.

Um terceiro ponto importante para justificar essa decisão foi a percepção de uma necessidade de produção acadêmica acerca do trabalho desenvolvido pelas mulheres na ES. Pois, se elas representam a maioria, tendo uma participação

significativa, há muito ainda a estudar e compreender. Com isso, busco contribuir na produção de conhecimento sobre a temática, para melhor entendimento da situação atual das mulheres. Alinhada com a formação em Administração Pública e Social, entendo a importância de refletir sobre o desenvolvimento de políticas públicas que garantam maior visibilidade econômica para as iniciativas produtivas femininas e possam mudar o quadro atual.

Nesse sentido, o estudo propõe-se a retratar o olhar das próprias mulheres sobre sua condição de atoras da ES, explorando as maneiras pelas quais elas percebem sua participação, os desafios que enfrentam e as oportunidades que identificam. Ao fazê-lo, busca-se não apenas lançar luz sobre a intersecção de gênero e ES, mas também contribuir para a promoção de uma visão mais inclusiva e equitativa desse modelo econômico. Optou-se pela realização de entrevistas pela técnica “bola de neve”, a partir de um primeiro contato com a Associação de Produtores da Economia Solidária Contraponto, que possui uma loja no campus central da UFRGS, onde a pesquisadora realizou seu estágio obrigatório. Foram, então, entrevistadas três mulheres engajadas no movimento da ES. O limite de entrevistas foi definido por conveniência, por se considerar suficiente para os objetivos definidos e adequado ao prazo de entrega deste Trabalho de Conclusão.

Esta abordagem qualitativa é utilizada nas ciências sociais e humanas para identificar as experiências relevantes e percepções dos sujeitos pesquisados. A organização das entrevistas foi inspirada no método da história de vida, buscando induzir narrativas pessoais dos sujeitos, num roteiro que destaca vivências, memórias, valores e significados atribuídos às situações em que o problema se manifestou em suas vidas (ver Anexo). A ideia é oferecer ao leitor um retrato contextualizado das experiências de mulheres, permitindo uma compreensão adequada da condição das mulheres atuantes na ES, além de avançar na compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres e das ações de combate à discriminação de gênero. (NOGUEIRA, 2017).

O método de história de vida foi criado em 1920, na Escola de Chicago, e define uma abordagem qualitativa na qual o pesquisador escuta o relato de alguém por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou não. Nesse processo, é essencial estabelecer um vínculo de confiança mútua entre o pesquisador e o entrevistado, o

qual se desenvolve ao longo do tempo. Após a conclusão das entrevistas, o material é transposto para o papel e o pesquisador realiza uma análise profunda, buscando identificar pistas no material que o auxiliarão a responder suas questões de pesquisa. Em essência, o método consiste em utilizar a reflexão de outra pessoa como matéria-prima para a nossa própria reflexão no trabalho de pesquisa. (CHAUÍ, 1994).

Com o objetivo de compreender a realidade sócio-histórica na qual os sujeitos estão inseridos, é importante evidenciar como eles a influenciam e são por ela influenciados (COLOMBY, 2016). Ao escutar entramos em contato com a dimensão subjetiva, que carrega riquezas significativas e permite compreender como os indivíduos, inseridos na sociedade, são influenciados pelas formas de reprodução social. É no contexto vivido e nas singularidades expressas nas experiências subjetivas dos sujeitos sociais que os poderes, ideologias, afetos e, enfim, os fatos sócio-históricos se manifestam. Esses elementos se tornam disponíveis para serem lidos, reconhecidos e, em certa medida, transformados, constituindo-se como um importante campo de análise e intervenção. (NOGUEIRA, 2017).

Vale ressaltar que a abordagem de história de vida diferencia-se do método de entrevistas temáticas. Estas concentram-se em experiências ou processos específicos, podendo ser desdobramentos dos depoimentos de história de vida. Nesta pesquisa, a metodologia da história de vida apenas orientou a construção de entrevistas semiestruturadas, dado que o tema do trabalho se enquadra em dois aspectos fundamentais: primeiro, de um objeto de estudo que aborda uma mudança que ocorreu ao longo do tempo; segundo, de um contexto social sob a perspectiva feminina. Buscamos, assim, compreender as relações de trabalho vivenciadas pelas mulheres no âmbito da ES e investigar a existência de discriminação de gênero. A construção de uma conexão sólida com as entrevistadas é crucial para verdadeiramente compreendê-las e ouvi-las. Para isso, optamos por conduzir conversas abertas, aceitando suas sensações, percepções e histórias. Essa perspectiva empática e livre de julgamentos nos permitiu obter uma visão adequada das experiências das mulheres.

2. AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O cerne deste estudo reside na análise da atual condição das mulheres no contexto da ES, focalizando especialmente a distribuição de atividades com base em seu gênero. Esta seção busca elucidar como as mulheres se inserem nesse modelo econômico alternativo, considerando seus desafios, conquistas e oportunidades. Para tal propósito, o capítulo oferece uma breve revisão histórica de eventos significativos e das demandas dos movimentos organizados pelas mulheres serve como base para contextualizar os estudos de gênero. Para examinar as estruturas sociais vigentes, exploramos os princípios da economia feminista, analisando de que maneira esses princípios influenciam o funcionamento da ES. Para concluir, uma análise crítica da relação das mulheres na ES.

2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A ES surge como uma alternativa para a transformação da sociedade capitalista, apoiando-se no trabalho cooperado, na solidariedade e na organização autogestionária. Assim, indo de encontro às premissas estruturais da economia capitalista, suprimindo a divisão entre produtores e beneficiários dos resultados obtidos na produção. Nesse contexto, o trabalho é valorizado e todos detêm os meios necessários para realizá-los, o foco não é exclusivamente o lucro, mas sim atender as necessidades coletivas e promover o bem estar social e local.

Uma das principais características da ES é a valorização do trabalho humano. As pessoas envolvidas são consideradas sujeitos ativos do processo produtivo, e não meros recursos para a geração de lucro. Isso significa que os trabalhadores têm voz nas decisões e participam da gestão das atividades econômicas, compartilhando os resultados alcançados. Por meio da criação de oportunidades de trabalho e renda para grupos marginalizados, como desempregados, pessoas de baixa renda, mulheres, jovens e minorias étnicas, a ES contribui para a redução da pobreza e para a construção de uma sociedade mais justa. (BONUMÁ, 2015).

Esta abordagem econômica busca promover a justiça social, a inclusão econômica e a sustentabilidade ambiental. Ao priorizar o bem-estar das pessoas e

valorizar o trabalho humano, esse modelo oferece uma alternativa ao sistema econômico convencional, permitindo a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável. Segundo Singer (2002), o trabalho associado em autogestão surgiu na atividade dos próprios trabalhadores, ainda no início da industrialização e do surgimento do capitalismo, como uma resposta à pobreza e ao desemprego resultante da disseminação desregulamentada das máquinas e do motor a vapor no início do século XIX. Nesse contexto, ocorre o surgimento das primeiras cooperativas – na França em 1823 e na Inglaterra em 1826 – como uma tentativa dos trabalhadores para recuperar a autonomia no trabalho. Influenciados pelo movimento operário, sua estruturação previa igualdade e democracia econômica, inspirados em valores do socialismo e do comunismo da época. Nesse cenário, a primeira onda do cooperativismo de produção aconteceu com a expansão das organizações das uniões sindicais e da luta por direitos. Como dito por Boaventura de Sousa Santos,

Estas primeiras experiências cooperativas surgiram da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo. Na Inglaterra, o pensamento de Robert Owen, que participou diretamente na fundação das primeiras comunidades cooperativas, constituiu a contribuição fundadora para a tradição intelectual cooperativa. As ideias associativas na Inglaterra continuaram a se desenvolver no início do século XX, particularmente através da contribuição de Harold Laski, R. Tawney e G. Cole. Na França, as teorias associativas de Charles Fourier e de Pierre Proudhon inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores. (SANTOS, 2002, p.33).

No Brasil, a ES ganhou destaque, nas últimas décadas do século XX, como uma alternativa ao modelo econômico tradicional. Ela surge como resposta aos problemas sociais causados pelo desemprego, pela concentração de renda e pela falta de acesso a recursos e oportunidades por parte de certos grupos sociais. Em nosso país, diversos setores estão envolvidos na ES, como agricultura familiar, artesanato, comércio justo, reciclagem, serviços de saúde, educação popular, entre outros.

O primeiro empreendimento de economia solidária (EES), no país, data de 1885 e situa-se no Nordeste, conforme indicado no mapeamento da ES (2009/2013), numa comunidade quilombola, que hoje constitui-se num pequeno grupo de mulheres jovens produtoras de artesanato. Localiza-se também no Nordeste, o segundo EES, criado em 1890; trata-se de uma associação de agricultores familiares, que atualmente possui cerca de 100 integrantes, homens e mulheres. No registro deste

mapeamento, constam 11 EES atuais com as atividades iniciadas até 1930, 140 até 1970 e 336 até 1980, sendo em torno de 9% os EES mapeados com as atividades iniciadas até 1991. (GAIGER, 2014).

Os cenários político e econômico que ocorreram durante os anos 90 possibilitaram o debate teórico sobre as práticas da ES que ocupavam um lugar significativo na sociedade, com questões relativas à sua posição atual e à que deveriam alcançar, bem como seus limites e possibilidades. Para garantir sua legitimidade e reconhecimento, é necessário um processo de institucionalização. (INCOP, 2020). A trajetória de disseminação da ES no país foi marcada por diferentes momentos. Dentre os quais o surgimento da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) criada para responder à necessidade dos trabalhadores de empresas em falência, que buscavam assumir a produção e administração de forma coletiva, a fim de garantir a remuneração mínima e preservar suas atividades econômicas.

Outro marco importante foram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que surgiram na virada para o século XXI nas universidades públicas, como meio de fornecer apoio administrativo, jurídico, formação político-pedagógica para EES (INCOP, 2020). Sob a liderança do economista Paul Singer, a expansão das ITCP fomentou a troca de conhecimentos entre Universidades e EES, buscando fortalecer e capacitar estas iniciativas, criando-se a rede de ITCP para promover o compartilhamento de estudos e pesquisas e impulsionando a disseminação dessas iniciativas pelo país.

No I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, em meio às discussões sobre a necessidade de políticas públicas, legitimou-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT Nacional de ES), que mobilizou iniciativas políticas destinadas a fortalecer o movimento. No II Fórum Social Mundial, ocorreu a Conferência de ES, na qual o GT Nacional propôs a criação do Fórum Brasileiro de ES (FBES). O processo de debate e mobilização culminou em Plenárias Nacionais (PNES), com a elaboração de um documento de "Princípios da ES", visando orientar as experiências e promover a sua ampliação. (INCOP, 2020). A partir dessas plenárias, surgiu a proposta de criação de órgãos específicos e governamentais para organizar, fomentar e reconhecer a ES como prática social e impulsionadora de renda e trabalho. O resultado foi a instituição

do FBES. O III FSM, em 2003, abriu um espaço para a ES dentro do governo, com o objetivo de criar um ambiente mais favorável aos empreendimentos, através de políticas públicas. Posteriormente, discutiu-se a inserção dessas políticas na plataforma de governo, resultando na criação da Secretaria Nacional de ES (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Ao longo dos anos, a SENAES passou por mudanças estruturais em diferentes contextos políticos. Em 2016, a SENAES foi vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, rebaixada a uma subsecretaria, com cortes de orçamento e restrições nas políticas de apoio e fomento. Em 2019, uma medida provisória reorganizou os ministérios e transferiu a pasta responsável pela ES para o Ministério da Cidadania. Até que o Decreto nº 9674 de 2 de janeiro de 2019, reestruturou o Ministério da Cidadania, extinguiu a SENAES e manteve o Conselho Nacional de ES. (INCOP, 2020). O legado de mudanças no cenário da ES permanece, com a retomada da Secretaria Nacional, em 2023, reconhecendo a importância das experiências econômicas solidárias.

2.2 AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Diante da desigualdade presente no mercado de trabalho, a ES surge como um espaço potencial para as mulheres combaterem as diferenças em relação aos homens. Observa-se a participação majoritariamente feminina nos espaços solidários de comercialização e produção, o que parece apontar para práticas econômicas que buscam a transformação social. Assim, faz-se necessário analisar o lugar e o papel das mulheres nesse movimento.

As iniciativas associativas femininas, datadas do século XIX, foram decisivas para que ocorressem movimentos de associação na França, sendo os coletivos femininos responsáveis por atender as principais carências da camada mais pobre da sociedade na época: as doenças (com destaque para a tuberculose), as moradias insalubres e o analfabetismo. Essas experiências femininas darão origem, após algum tempo, aos abrigos e centros sociais, representando o início da profissionalização e reconhecimento de alguns trabalhos como femininos. Com a feminilização da pobreza, um fenômeno notório nas últimas décadas, diante desse e dos demais

problemas encontrados pelas mulheres, como a dificuldade de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres são as primeiras a notar os benefícios da auto-organização. (GUÉRIN, 2003).

A ES aproxima-se do trabalho comunitário, que é território das mulheres. O reconhecimento da contribuição das mulheres na produção de riquezas e na promoção do bem-estar social ganha relevo com a reciprocidade nas relações sociais (desenvolvidas nas relações familiares), por isso, é necessário considerar o valor das atividades não monetárias que foram assumidas pelas mulheres. Além disso, na luta por igualdade profissional, seu trabalho remunerado deve ser reconhecido para que as mulheres possam alcançar alguma autonomia. (NOBRE, 2003).

Nesse contexto, ao enfatizar a valorização do trabalho doméstico e da reprodução da vida, a experiência que as mulheres possuíam sobre desempenhar essas funções apresenta um desafio ao movimento de ES, levando-o a repensar a dimensão do tempo. Por um lado, essa reflexão coloca em destaque a necessidade de um tempo social mais amplo, voltado para a sustentabilidade da vida e o bem-estar das pessoas. Por outro lado, abre-se espaço para discutir a redução da jornada de trabalho na esfera produtiva, bem como questionar a velocidade do crescimento e desenvolvimento econômico imposto pelo capitalismo na sociedade, o qual ainda está longe de beneficiar todas as pessoas de forma igualitária.

Essa redefinição do ritmo de vida, aliada à valorização das práticas de reciprocidade, possibilita questionar e transformar as desigualdades intrafamiliares, as disparidades nas ocupações e obrigações, assim como as desproporções nos rendimentos. Ao reconhecer e incorporar essas perspectivas, a ES pode promover uma mudança significativa na estrutura social, buscando uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa para todos. (BONUMÁ, 2015).

Apesar de alguns avanços em relação à desigualdade de gênero ao longo das últimas décadas, Guérin (2005) ressalta que a divisão sexual das obrigações familiares continua desigual. Tanto o cuidado com pessoas dependentes, como crianças e idosos, quanto o trabalho doméstico, especialmente tarefas relacionadas à alimentação, higiene e limpeza, ainda recaem quase que exclusivamente sobre as mulheres. Mesmo com o auxílio de políticas públicas que alguns Estados concedem

para ajudar famílias mais pobres, como o caso do Programa Bolsa Família no Brasil, que transfere renda diretamente e, preferencialmente, para as mulheres, essa assistência ainda não é suficiente para eliminar a vulnerabilidade econômica delas. No entanto, mesmo diante dessas políticas de apoio, as mulheres ainda têm sua liberdade individual comprometida, pois as responsabilidades dos cuidados e da reprodução da vida são impostas como um verdadeiro dever, não permitindo que escolhas pessoais diferentes sejam consideradas. Essa persistente divisão de tarefas de gênero limita a autonomia e a possibilidade de equilibrar as responsabilidades familiares com outras aspirações e realizações pessoais e profissionais. É essencial reconhecer e abordar essas questões para alcançar uma sociedade mais igualitária, na qual todas as pessoas, independentemente de gênero, possam ter a liberdade de buscar suas próprias trajetórias de vida e realizar escolhas significativas. Continuando sua argumentação, a autora ressalta que

Se se reconhece que a liberdade feminina tem tanto valor quanto a liberdade masculina, então é preciso concordar que uma parte das obrigações familiares, particularmente cuidar das pessoas dependentes, é um bem público, pois beneficia o conjunto dos contribuintes. (GUÉRIN, 2005, p.21).

Portanto, ao considerar que o acesso à dignidade e ao respeito próprio vai além dos recursos monetários, os princípios da ES se mostram fundamentais no enfrentamento das desigualdades de gênero. Essa abordagem não apenas possibilita às mulheres conquistarem sua autonomia financeira, mas também questiona a ideia de que o trabalho doméstico deva ser exclusivamente realizado por elas no âmbito familiar, uma esfera que, na verdade, acaba sendo predominantemente feminina em uma sociedade patriarcal. (GUÉRIN, 2005).

A prática cooperativa entre indivíduos que se unem para produzir vai além da esfera produtiva. Ao combiná-la com a autogestão do conhecimento gerado na produção e de seus resultados, a ES estimula o sentimento de pertencimento coletivo. A abordagem potencializa a ruptura com a cultura patriarcal, começando no interior dos empreendimentos e avançando na construção de medidas que busquem a socialização do compromisso com esse bem público (GUÉRIN, 2005). A ES, portanto, oferece uma abordagem inovadora e transformadora para desafiar as estruturas patriarcais, promovendo a igualdade de gênero e a valorização do trabalho não apenas como uma fonte de renda, mas como uma expressão de solidariedade, cooperação e pertencimento a um todo social maior.

No Brasil, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e juntamente com ela o Sistema de Informações da ES, com objetivo de organizar um banco de dados nacional. O primeiro levantamento foi realizado em 2005 e apontava 14.954 empreendimentos no Brasil, com 1.683.693 integrantes, sendo 37% mulheres e 63% homens. Segundo os dados, há cerca de 3.900 (26%) empreendimentos de economia solidária (EES) exclusivamente constituídos por mulheres, aproximadamente 2.100 (14%) EES com sócios sendo apenas homens e os demais 60% formados por homens e mulheres (SIES, 2007).

O segundo mapeamento foi realizado entre 2009 e 2013, identificando 19.708 empreendimento de ES e, sendo 11.689 (60,2%) EES novos, ou seja, que não haviam sido registrados anteriormente e 7.839 (39,8) foram revisitados, foram identificados 1.423.631 associados. Nesse novo estudo foram analisadas as áreas de atuação e à forma de organização desses empreendimentos nas cinco regiões do país, sendo que 60% delas são associações; 30,5% são grupos informais; 8,9% são cooperativas e 0,6% são sociedades mercantis, com exceção apenas dos grupos informais, predomina a participação dos homens. (SIES, 2007).

Em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou o Mapeamento Nacional da ES indicando que as mulheres ocupavam cerca de 52% dos EES mapeados e eram mais presentes nos setores de artesanato, alimentação, agricultura familiar e serviços. Em relação às posições de liderança, as mulheres ocupavam cerca de 44% dos cargos de coordenação e direção nos empreendimentos. No que diz respeito aos níveis de renda, verificou-se que a renda média das mulheres nos empreendimentos de ES era inferior à dos homens. (SIES, 2007).

Os dados genéricos sobre a atuação das mulheres na ES brasileira permitem uma análise superficial quando focamos na relação das mulheres com a ES. A percepção de que sua participação é majoritária nos espaços de comercialização e representação da ES, parece não corresponder à proporção expressa nos dados do SIES. Por isso, talvez seja possível supor que as mulheres ainda sejam pouco visíveis ou não tenham sido registradas em sua total dimensão pelas pesquisas realizadas.

3. O MOVIMENTO FEMINISTA: CATEGORIZAÇÃO DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

É importante destacar, ainda que brevemente, a história do movimento feminista pra compreender a trajetória da luta das mulheres ao longo dos anos. Passando pela representação do feminino, que ocorreu apenas no século XVIII com a mudança de alguns conceitos da medicina, a organização das mulheres contra as opressões que sofriam no século XIX e a luta contra o patriarcado iniciada no século XX.

O movimento feminista é um movimento social, político e cultural que busca a igualdade de gênero, os direitos das mulheres e a liberação das opressões e discriminações baseadas no gênero. O feminismo tem suas raízes históricas em diferentes períodos e lugares, mas ganhou força significativa a partir do final do século XIX e continua a evoluir e se adaptar até os dias atuais.

Ao longo do século XVIII, devido a modificações de alguns conceitos da medicina, a compreensão do que é ser “mulher” sofreu alterações. Nesse período havia apenas o registro do sexo masculino, sendo a mulher considerada um “macho incompleto” (PEDRO, 2005). Aos poucos a visão da mulher como categoria de ser humano inferior ao homem em diversas gradações foi sendo modificada para uma ideia de termos binários e de identidade sexual individual.

Durante o século XIX a organização das mulheres contra as opressões que sofriam e pela igualdade de direitos ganhou força, constituindo-se como um movimento social visível na sociedade, era a Primeira Onda do Feminismo. O centro das reivindicações era os direitos políticos, econômicos e sociais, como o trabalho remunerado, direito ao voto e a eleição, estudo e propriedade; argumentando que a educação e o voto as tornariam esposas e mães melhores ou que a sensibilidade, desenvolvida dentro da esfera doméstica, faria diferença no mundo da política. O que, paradoxalmente, legitimava a suposição de que as tarefas domésticas e da família eram de inteira responsabilidade da mulher. Essas primeiras contestações consolidaram o movimento feminista e a luta das mulheres pela igualdade entre os sexos. (LORDE, 2019).

Em decorrência das duas grandes guerras, ocorridas no século XX, as mulheres ocuparam de maneira massiva o mercado de trabalho, um fenômeno sem precedentes na história mundial e que iniciou muitas preocupações que antes não

eram vistas na sociedade, trazendo à tona perguntas pertinentes para essa nova configuração social. À medida que a mulher foi se incorporando ao mercado de trabalho, mais questões eram geradas, como a dupla jornada de trabalho, a estabilidade dessas atividades, discriminações contra as mulheres no ambiente laboral e a diferença dos salários praticados para os trabalhadores masculinos e femininos. Nesse contexto, surge a Segunda Onda do movimento feminista, lutando pelos direitos dos corpos e contra o patriarcado e o poder masculino exercido sobre as mulheres. (LORDE, 2019).

É importante ressaltar que o feminismo não é apenas uma luta das mulheres pelos seus direitos, mas é também um movimento que busca uma sociedade mais justa e equitativa para todas as pessoas, independentemente do gênero. O objetivo final é alcançar uma igualdade, em que todas as pessoas possam viver suas vidas livremente, sem serem limitadas por expectativas baseadas no gênero ou sujeitas a discriminação e violência. No entanto, o trabalho do movimento feminista está longe de estar concluído. As desigualdades persistem em muitas áreas e novos desafios surgem à medida que a sociedade evolui. O feminismo continua a se adaptar e responder às necessidades e experiências das mulheres em diferentes contextos culturais, buscando inclusão, diversidade e justiça social. (LORDE, 2019).

Para este trabalho, o feminismo é um dos pilares estruturantes na análise, para realizar uma leitura da realidade vivida pelas mulheres. Como resgata Perrot (2007, p.14) “as mulheres foram mais imaginadas e representadas, do que descritas ou contadas, dando mais informações sobre os artistas que as representaram do que sobre as mulheres reais que existem”. Cabe, portanto, afirmar as mulheres como sujeitos e objetos do conhecimento, representando sempre um lado da história, além de a história poder ser vista pelo ponto de vista das mulheres. A passagem das categorias neutras para as categorias sexuadas e os questionamentos que esse caminho traz em relação às teorias existentes nas ciências sociais são uma contribuição importante para o movimento de renovação teórica, que o feminismo tem provocado. (PERROT, 2007).

A partir dos anos 1960, a questão da “identidade sexual” resumida apenas aos termos biológicos também é problematizada. Linda Nicholson aponta que

(...) ‘um feminismo da diferença’ tende a ser ‘um feminismo da uniformidade’. Dizer que as ‘mulheres são diferentes dos homens desse ou daquele jeito’ é dizer que as mulheres são ‘desse ou daquele jeito’. Mas inevitavelmente as caracterizações da ‘natureza’ ou da ‘essência’ das mulheres – ainda que essa

'natureza' ou essa 'essência' seja descrita como socialmente construída – tendem a refletir a perspectiva daqueles que as fazem. (NICHOLSON, 2000, p.20).

O conflito fica evidente quando se verifica que os estudiosos que elaboraram tais caracterizações eram majoritariamente masculinos, brancos, heterossexuais e pertencentes a classe média (NICHOLSON, 2000).

O conceito de gênero surgiu na metade do século XX, juntamente com a Segunda Onda do Feminismo, quando foi lançado um olhar mais profundo nas distinções entre o masculino e o feminino e os papéis atribuídos a cada um deles dentro da sociedade. A análise dessa categorização se faz necessária para melhor entendimento sobre as desigualdades sociais, políticas e econômicas que existem entre homens e mulheres desde o surgimento dos grandes povos e que perpetuam até a atualidade. (NICHOLSON, 2000).

Na década de 1980, quando o feminismo atinge um impacto maior e passa a ser discutido mais amplamente, a construção do conceito de gênero começa a acontecer nas universidades e outras instituições acadêmicas. Uma das maiores contribuições desses estudos é a análise histórica dessa categorização, assim como das premissas do trabalho científico existente, sendo possível redefinir elementos da história e incluir a dimensão pessoal das experiências das mulheres. Nas palavras de Susan Okin (OKIN, 2008)

Gênero refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas. (OKIN, 2008, p. 306).

Portanto, o que chamamos de homem e mulher é uma construção das relações sociais e culturais e não uma condição puramente biológica.

O conceito de gênero visto como divisão biológica, e não uma construção social, acaba por neutralizar os papéis de homens e mulheres na sociedade, perdendo a carga crítica sobre as relações sociais desiguais entre os sexos. A partir da desconstrução da visão orgânica, entende-se que a divisão social é uma expressão de poder, em que o ser feminino é diminuído e discriminado em várias esferas, inclusive no trabalho.

Com base no que foi discutido, podemos compreender as diferenças constatadas entre homens e mulheres provenientes da construção social e não da

biologia e, nesse sentido, relações sociais e divisão sexual do trabalho tornam-se termos inseparáveis. Danièle Kergoat (2000) apresenta a divisão sexual do trabalho como forma da divisão do trabalho social decorrente das relações do sexo, ressaltando ainda que essa fórmula foi adaptada historicamente em cada sociedade. Nessa perspectiva, existem dois princípios organizadores: o *princípio da separação* (trabalhos para homens e trabalhos para mulheres) e o *princípio da hierarquização* (o trabalho do homem possui mais “valor” que o trabalho da mulher). Esses princípios podem ser aplicados devido a ideologia naturalista possuir um caráter de legitimação dos preceitos “Este processo empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie.” (KERGOAT, 2000, p. 1). Dessa maneira, a teoria da divisão sexual do trabalho reivindica esses preceitos ao afirmar que as práticas do trabalho pelo sexo são advindas de construções sociais e, por isso, não são imutáveis. (KERGOAT, 2000).

Para entender concretamente a posição da mulher na ES faz-se necessário o resgate da divisão sexual do trabalho e de suas consequências para a vida de mulheres, destinadas, primeiramente, às tarefas de reprodução, aos cuidados da família e ao trabalho doméstico. Trabalhos desvalorizados numa sociedade em que privilégios são definidos pela afirmação do masculino como regra, em que a organização social toma a experiência masculina como padrão. Antes do capitalismo, numa economia basicamente rural, a produção e a reprodução eram consideradas parte necessária para a vida, ainda assim havia uma hierarquização de poder entre homens e mulheres. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, o cenário tornou-se mais radical, o pagamento dos salários das mulheres era considerado apenas complementar à renda masculina, ou sob a justificativa de baixa produtividade e fragilidade que as tornavam menos capazes e, por isso, deveriam receber um valor menor. (FLORES, 2014).

Sendo assim, podemos dizer que as mulheres foram designadas à dimensão do privado e responsabilizadas pela reprodução, pela execução do trabalho doméstico e do cuidado da família. Diferentemente da esfera pública, que foi definida como um espaço masculino, onde os homens teriam papel dominante na economia, na política e na execução do trabalho produtivo. Durante o século XIX, essa imagem se consolida ainda mais, trazendo a ideia de que seria da natureza feminina a execução das tarefas ligadas ao lar e à maternidade, moldando a visão de que a mulher no mercado de

trabalho estaria fora do seu contexto, ou simplesmente “deslocada”, como se a ele não pertencesse e, por isso, seria desvalorizada economicamente, em relação aos homens.

Contudo, podemos entender que a desvalorização do trabalho doméstico é uma forma de oprimir, desvalorizar e controlar as mulheres, bem como ignorar a dupla jornada praticada por muitas delas, na sociedade, mantendo-as em situação de maior vulnerabilidade social. Atualizando o debate, verificamos como o capitalismo aprofundou esta divisão, fortalecendo a separação e a dupla jornada realizada pelas mulheres, que ainda se sentem responsabilizadas pelas atividades do lar e cuidados familiares, além das atividades laborais por meio das quais sustentam muitas vezes suas famílias.

3.1 ESTRUTURAS DO PATRIARCADO E DO CAPITALISMO

Do já exposto, entendeu-se que as diferenças entre os sexos são construídas pela sociedade, o que leva ao problema de entender como a organização da vida social, sexual e econômica gerou desigualdades ao longo da história. Foram os princípios e valores dominantes – patriarcado, racismo e o capitalismo – nas sociedades que permitiram formar o alicerce das disparidades, cujas formas de relação de poder assentam seus pilares nas dimensões de gênero, raça e classe. (SANTOS, 2009).

Segundo Cristina Carrasco (1999), o *patriarcado* influencia o *capitalismo* ao reforçar hierarquias de gênero dentro das estruturas econômicas. O *capitalismo* é um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e orientados para o lucro, tendo como objetivo principal acumular capital e maximizar os lucros, o que frequentemente leva à exploração dos recursos naturais e humanos. Sendo assim, as relações capitalistas se caracterizam pela concorrência e acumulação de riqueza, os mecanismos econômicos e as estruturas de poder são moldados em torno dos interesses dos proprietários dos meios de produção, geralmente, elites econômicas e corporativas.

O *patriarcado* é um sistema social e cultural em que homens têm poder e privilégio sobre mulheres. É uma estrutura que coloca os homens no topo da hierarquia social,

conferindo-lhes maior autoridade e controle sobre os recursos, decisões e instituições. No patriarcado, a masculinidade é valorizada e considerada superior à feminilidade, resultando em desigualdades e discriminação sistemática contra as mulheres. Esse sistema reforça estereótipos de gênero, papéis fixos e expectativas sociais rígidas que limitam a liberdade e autonomia das mulheres. As normas patriarcais moldam as percepções e as práticas de liderança, perpetuando a predominância masculina em posições de poder e influência. Isso limita as oportunidades das mulheres alcançarem posições de destaque nos negócios e na política, restringindo seu acesso aos recursos econômicos. As mulheres frequentemente enfrentam disparidades salariais, falta de representação em posições de poder e dificuldades para equilibrar trabalho e responsabilidades familiares. Além disso, o capitalismo se baseia em uma divisão de trabalho que atribui certos papéis às mulheres, muitas vezes desvalorizados e mal remunerados, como trabalho doméstico, cuidado infantil e trabalho de assistência. O *feminismo radical* entende o patriarcado como um sistema universal e trans histórico de estruturas políticas, econômicas e psicológicas que subordinam as mulheres aos homens; o *feminismo socialista* interpreta o patriarcado como uma relação de gênero que se associa com o sistema capitalista, de maneira que ambos atuam na sociedade amparando um ao outro.

As teorias do patriarcado parecem limitadas na compreensão de como a arbitrariedade imposta às mulheres e a natureza familiar mudaram historicamente. Sendo também pouco sensíveis às diferentes formas de opressão no interior das classes sociais. Esse ponto é levantado por Lindsay German (2006), com base nas teóricas marxistas, argumentando os homens não são os beneficiários da opressão sobre as mulheres, mas sim o capital, como condição de continuidade da sociedade dividida em classes. Ainda que a consagração do sistema capitalista tenha mudado as regras do jogo, trazendo parte das mulheres para o mercado de trabalho, o capitalismo não se revelou favorável à elas, pois o capital segue usando a ideologia patriarcal para lhes impor baixos salários e condições inferiores. Ademais, o trabalho doméstico não remunerado, que tende a continuar sendo realizado apenas pela mulher, permite que os custos da reprodução da força de trabalho sejam ainda mais baixos. Tais condições acabam reforçadas por uma sociedade indiferente à ideia de que o auge da realização feminina seria a maternidade, o casamento, o trabalho ou o que mais elevar a taxa de lucro e a acumulação do capital. (GERMAN, 2006).

Apesar das pesquisas anteriores, foi nos anos 1980 que ocorreu um notável avanço na tentativa de incorporar a dimensão de gênero nos modelos e políticas macroeconômicas. Esse impulso foi resultado dos efeitos das políticas de ajuste implementadas em países pobres e das políticas sociais restritivas adotadas por Reagan e Thatcher. Desde então, houve um aumento significativo no reconhecimento dos efeitos diferenciados das políticas de ajuste sobre mulheres e homens. No entanto, nos modelos macroeconômicos, a ausência de considerações de gênero ainda é predominante. Infelizmente, sob o amparo do discurso econômico dominante, as políticas continuam sendo implementadas sem levar em conta as distintas experiências e relações de poder entre mulheres e homens. Muitas das medidas de mudança estrutural parecem encobrir um "silêncio conceitual": a incapacidade de reconhecer de forma explícita ou implícita que a reestruturação global está ocorrendo em um contexto permeado por diferenças de gênero. (CARRASCO, 1999).

As constantes revoluções das próprias estruturas, que o sistema capitalista inevitavelmente impulsiona, levam a mudanças na situação das mulheres, assim como em todos os setores da vida social. Desse modo, as transformações estruturais e tecnológicas ocorridas no final do século XIX resultaram em um aumento das oportunidades de emprego para as mulheres, especialmente em lojas, escritórios e no magistério infantil, atividades que deixaram de ser condenadas para se tornarem desejáveis. A demanda crescente por mão de obra feminina no final do século XIX foi impulsionada pelas novas exigências decorrentes do avanço tecnológico, que requer um trabalho especializado, tornando necessário o investimento na educação, começando pela educação infantil. No campo do magistério, o capital demonstrou interesse no trabalho das mulheres motivado pela redução dos custos de mão de obra, uma vez que as mulheres eram vistas como especialistas em cuidar de suas próprias crianças, tornando desnecessário o investimento na formação de educadores. Assim, a dinâmica do sistema capitalista impulsionou a inclusão das mulheres em setores antes restritos, ao mesmo tempo em que buscava reduzir os custos da força de trabalho. Essas mudanças tiveram impacto social significativo, contribuindo para a valorização do trabalho feminino em determinadas áreas. No entanto, é importante observar que ainda persistem desafios e desigualdades de gênero, mesmo com esse avanço. (DOS SANTOS SOUZA, 2015).

As desigualdades de gênero ainda são uma realidade latente na sociedade do século XXI, mesmo após as conquistas históricas do movimento feminista. Essas desigualdades afetam profundamente a vida das mulheres, sendo a inserção no mercado de trabalho um dos ângulos mais evidentes em que as discriminações persistem. Por um lado, as mulheres ainda enfrentam a dominação masculina; por outro, o sistema capitalista, impregnado de ideologia patriarcal, explora o sexo feminino, aproveitando-se, principalmente, da mão-de-obra de mulheres pertencentes a classes sociais mais baixas, em trabalhos com longas jornadas e baixa remuneração. A submissão das mulheres a esse tipo de exploração é frequentemente motivada pela necessidade de sustentar suas famílias, mas, além disso, muitas trabalhadoras têm sido privadas de acesso à educação e qualificação profissional, o que agrava sua situação. (SILVEIRA, 2012).

É importante destacar que, apesar de o poder patriarcal ter sido abalado em certa medida, ainda há uma clara hierarquia entre homens e mulheres. As bases das relações desiguais de gênero permanecem vigentes e, em algumas situações, até fortalecidas, especialmente devido ao reforço do sistema econômico. O capitalismo, impregnado de ideologia patriarcal, continua a perpetuar o sistema de opressão que subjuga as mulheres. Abordar essa problemática é essencial na luta pela equidade de gênero. É necessário desconstruir a dicotomia público/privado que relega as mulheres ao espaço doméstico, dificultando sua atuação como sujeitos no mundo político e profissional. Essa desconstrução é fundamental para o empoderamento e a autonomia do sexo feminino. (SILVEIRA, 2012).

A relação do patriarcado com o capitalismo é complexa e faz com que autoras da mesma corrente feminista possuam suas divergências, é importante destacar que a submissão das mulheres não pode ser analisada separadamente das demais formas de exploração e arbitrariedade impostas pelo sistema capitalista. Porém, quando a teoria marxista deixa em segundo plano a desigualdade entre os sexos, acaba por não se atentar às consequências da imposição da superioridade masculina: no âmbito privado o trabalho doméstico, que é de responsabilidade da mulher, é completamente invisível e desvalorizado, apesar de ser de extrema importância dentro da sociedade; já na esfera pública, onde os salários femininos são inferiores aos dos homens, o mercado de trabalho torna-se uma extensão do trabalho do lar, executando atividades

de empregada doméstica, professora, cuidadora de idosos, tarefas ainda carregadas de muito machismo.

Em tempo, para a execução deste trabalho, optou-se por utilizar a perspectiva do feminismo socialista, pois nessa abordagem, segundo Carrasco (1999), se reconhecem as virtudes e as lamentações da teoria do patriarcado – entendendo a ideia de que esse é anterior ao e foi incorporado pelo capitalismo – buscando integrá-lo em uma análise dialética que supere as limitações apresentados pela teoria marxista e que permitam entender a reprodução humana e econômica como dois aspectos em um mesmo processo. (CARRASCO, 1999).

4. A ECONOMIA FEMINISTA

Os principais pontos da economia feminista, que apresentam uma contestação sobre as desigualdades de gênero, são importantes para o desenvolvimento deste trabalho, por isso seus principais pontos serão abordados a seguir.

A economia feminista é um marco conceitual diante do cenário de exclusão das mulheres nas teorias econômicas dominantes, o que faz com que pesquisadoras feministas formulem críticas à hegemonia masculina nesse campo e não na definição de sustentabilidade da vida em todas suas esferas. Isto é, a economia feminista se coloca como contraponto da economia dominante, propondo que o objeto seja definido antes do método, constituindo uma racionalidade econômica orientada pela necessidade do que é preciso para a vida humana (TEIXEIRA, 2018).

No contexto da ES, a abordagem feminista encontra uma possibilidade de superar a divisão sexual do trabalho. Tradicionalmente, o trabalho produtivo, que é valorizado e reconhecido socialmente, tem sido atribuído aos homens e associado ao espaço público, como o mercado de trabalho remunerado. Enquanto isso, o trabalho reprodutivo, que envolve cuidar da família, da casa e de outras atividades não remuneradas, tem sido atribuído às mulheres e associado ao espaço privado, como dito por Miriam Nobre

A economia solidária interessa à economia feminista como uma possibilidade de romper a divisão sexual do trabalho entre trabalho produtivo, considerado dos homens e trabalho reprodutivo, considerado das mulheres. Além da associação entre trabalho produtivo e espaço público, e trabalho reprodutivo e privado. Esta divisão, mesmo que sendo mais presente no imaginário do senso comum do que na realidade, conforma possibilidades, responsabilidades e expectativas diferentes para mulheres e homens. (NOBRE, 2014, p. 4).

Isso significa que a ES pode potencialmente proporcionar um espaço onde as mulheres têm a oportunidade de se envolver em atividades produtivas e participar da esfera pública de maneira mais equitativa, ao mesmo tempo em que os homens podem assumir responsabilidades e tarefas relacionadas ao trabalho reprodutivo.

Uma das principais críticas da economia feminista é a invisibilidade do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, como os cuidados domésticos e o trabalho de cuidado não remunerado. Essas tarefas são essenciais para a reprodução social e econômica, mas geralmente não são contabilizadas nos indicadores econômicos convencionais, como o Produto Interno Bruto (PIB). A economia feminista destaca a

importância de valorizar e reconhecer esse trabalho, além de compartilhar de forma mais equitativa as responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres.

Outro aspecto central da economia feminista é a análise das desigualdades salariais e da segregação ocupacional de gênero. As mulheres geralmente recebem salários mais baixos do que os homens, mesmo quando desempenham funções similares. Além disso, elas são frequentemente direcionadas para setores e ocupações com menor remuneração e menos oportunidades de crescimento na carreira. A economia feminista busca entender as causas dessas desigualdades e propor políticas que promovam a igualdade salarial e a inclusão das mulheres em todas as áreas profissionais.

Em 1990, ocorreu um evento de grande importância para a economia feminista. Durante a Conferência Anual da *American Economic Association*, pela primeira vez, um painel foi dedicado exclusivamente às perspectivas feministas na economia. Os artigos apresentados nessa ocasião foram posteriormente publicados por Ferber e Nelson (1993). Essa foi uma etapa pioneira ao questionar as hipóteses da teoria econômica sob uma ótica feminista. O processo ganhou força com a criação da *International Association for Feminist Economics* (IAFFE) nos Estados Unidos, proporcionando um espaço de debate para diversas correntes de economistas feministas. A partir de 1995, a IAFFE começou a publicar a revista *Feminist Economics*, a primeira de seu gênero. (CARRASCO, 1999).

Em paralelo, em 1993, ocorreu a primeira Conferência "*Out of the Margin. Feminist Perspectives on Economic Theory*" em Amsterdã. Esses debates confirmaram as limitações das abordagens tradicionais e demonstraram que a economia feminista não se resume a uma tentativa de simplesmente incluir as mulheres nos métodos e teorias existentes. Ao contrário, trata-se de uma busca mais profunda, visando uma mudança radical na análise econômica. Essa transformação propõe questionar alguns dos pressupostos básicos, geralmente androcêntricos, que moldam a disciplina econômica. O objetivo é construir uma economia que abranja e analise a realidade tanto das mulheres como dos homens, promovendo uma visão mais inclusiva e abrangente. (CARRASCO, 1999).

A globalização neoliberal foi inicialmente apresentada como uma oportunidade para as mulheres, pois muitos de seus processos e produtos simbólicos estão fundamentados no trabalho pouco remunerado delas, como costura, produção de legumes e frutas, turismo e *call centers*. No entanto, surge agora a questão de saber

se a realocação dessas atividades pode ser benéfica para as mulheres e, se sim, de que maneira. Por exemplo, a Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) sugere que, em contextos de crise e recessão na economia capitalista, as economias à margem do sistema, em que as mulheres produzem e circulam bens e serviços por meio de circuitos não monetários, ganham importância. Essa questão permanente é se essas economias marginais são funcionais ao sistema e, em caso afirmativo, de que maneira. Além disso, surge a seguinte pergunta: é possível e, se sim, como potencializar ou fortalecer o seu caráter contra hegemônico? Essa questão está intrinsecamente relacionada com a experiência cotidiana das mulheres na produção da vida e como isso se conecta com processos políticos mais amplos, que são criados ou influenciados por movimentos sociais. (NOBRE, 2014).

Outro aspecto relevante é a relação de autonomia ou dependência que essas atividades marginais mantêm com os governos nacionais e instituições multilaterais, como as Nações Unidas e o Banco Mundial. Entender como essas interações acontecem é fundamental para compreender o papel das mulheres nesse cenário econômico e político em constante mudança. (NOBRE, 2014).

Se torna importante ressaltar que

O acesso das mulheres à renda monetária, à terra, às condições de produção é um ponto fundamental na agenda feminista. No entanto, vale observar no atual contexto de crise financeira, como a menor circulação monetária ou diminuição dos circuitos globais de comercialização afetam o bem-estar das mulheres. (NOBRE, 2014, p. 3).

indicando que as mulheres dependem desses recursos econômicos para alcançar autonomia e melhor qualidade de vida, ou seja, os fatores econômicos mais amplos costumam impactar desproporcionalmente as mulheres e dificultar a conquista da igualdade de gênero.

Com o surgimento da Segunda Onda do Feminismo, os estudos relacionados às ciências econômicas iniciam uma análise crítica das escolas neoclássicas e marxistas. Os neoclássicos são acusados de reforçar os papéis tradicionais atribuídos aos sexos, mantendo a situação existente na sociedade de maneira confortável aos homens. Já o marxismo apresenta uma imensa neutralidade nas questões de gênero e foca sua análise nas questões de exploração do trabalho e do proletariado (Carrasco, 2005). Percebe-se que para ambas as correntes as questões feministas são invisíveis para os modelos econômicos, bem como na elaboração de políticas

públicas que visem a superação das desigualdades sexuais existentes, assim a mulher não é reconhecida por esses teóricos como um ser econômico.

Para mudar o modo como a sociedade se relaciona com o trabalho e a economia é necessário encará-los de outra perspectiva, a economia feminista traz isto dentro da visão de que todas as pessoas seriam responsáveis pela sustentabilidade da vida, cada um assumindo a sua parte, mudando assim a situação atual de exploração do trabalho feminino no âmbito doméstico e de cuidados. Além disso, com o ponto de vista feminino no centro, temos a análise de que o cuidado com a vida como um todo deve ser a grande preocupação da sociedade e não os não os lucros do mercado como, atualmente, no sistema capitalista.

Nem toda pesquisa econômica relacionada às mulheres ou ao gênero pode ser considerada como economia feminista. A economia feminista parte de uma crítica à dominação masculina e acredita na possibilidade de transformar o discurso econômico. Por outro lado, os estudos de gênero, em sua maioria, simplesmente incorporam as mulheres, sem realizar uma crítica aos fundamentos desses estudos. Entre as economistas feministas, há consenso de que os estudos econômicos, até recentemente, negligenciaram a contribuição das mulheres, mas essas economistas reconhecem a relevância do gênero em todos os contextos econômicos. Para Grapard, a falta histórica de atenção impõe uma reavaliação dos fundamentos teóricos e práticos para todas as escolas de pensamento em economia (TEIXEIRA, 2018).

A coexistência de escolas de pensamento ortodoxas ou neoclássicas ao lado de várias escolas heterodoxas, como a marxista, institucionalista, keynesiana, entre outras, significa que não há um único grupo unificado de hipóteses sobre a natureza do conhecimento, do mundo real e da natureza humana entre os economistas. Dessa forma, a economia feminista tem como objetivo apresentar uma extensa crítica metodológica sobre a disciplina econômica como um todo, bem como os desafios específicos em cada escola de pensamento. Os avanços na teoria feminista ao longo das últimas três décadas exerceram uma influência significativa sobre a economia feminista. (TEIXEIRA, 2018).

Dentro do âmbito da economia feminista, podemos distinguir duas abordagens: a de conciliação e a de ruptura. A economia feminista tem como objetivo revisar a epistemologia predominante nas ciências econômicas, questionando a divisão entre sujeito e objeto, a concepção da identidade do sujeito que produz conhecimento e que é tratado de forma abstrata, supostamente acima dos interesses de gênero, bem como

o critério da objetividade como legitimador do conhecimento. Para a economia feminista, a noção de objetividade não é neutra; ao contrário, ela oculta os verdadeiros interesses que fundamentam o discurso científico. Dessa forma, a economia feminista propõe uma análise crítica desses pressupostos, visando revelar como os interesses de gênero influenciam a produção e a disseminação do conhecimento econômico. (TEIXEIRA, 2018).

Ao nível do campo de estudo, a economia feminista caracteriza-se por assumir como tarefa prioritária repensar a estrutura androcêntrica que identifica a economia com o que é monetarizado e revelar os vieses androcêntricos subjacentes. Em primeiro lugar, pretende-se dar uma definição mais ampla do econômico que, de maneira fundamental, atende às atividades historicamente invisíveis exercidas pelas mulheres. Trata-se, portanto, de descentralizar os mercados para os quais se dirigia o olhar primordial ou exclusivo. Este descentramento tem de permitir, em segundo lugar, uma recuperação dos elementos femininos invisíveis, recuperando as mulheres como agentes econômicos. Em terceiro lugar, é necessário mostrar as relações de poder de gênero que fundamentam a estrutura dicotômica e, ao mesmo tempo, fazer dessas relações um objeto legítimo de estudo econômico. (Orozco, 2010, p.138).

As implicações metodológicas de todas essas questões exigem reformulações profundas dos paradigmas existentes. A economia feminista se dedica a examinar e corrigir as limitações do pensamento econômico tradicional, que tende a focar principalmente as atividades monetárias e a negligenciar ou subestimar muitas outras atividades econômicas que historicamente foram realizadas por mulheres. Dessa forma, a economia feminista adota uma abordagem normativa e assume como sua tarefa a busca por soluções.

Além das questões mencionadas anteriormente, a economia feminista também se dedica a abordar diversas outras questões cruciais relacionadas à desigualdade de gênero e à participação das mulheres na economia e na sociedade como um todo. Ela reconhece a gravidade da violência de gênero e sua relação com o contexto econômico, investigando seus impactos físicos e econômicos nas mulheres e propondo soluções para enfrentar esse problema estrutural. Além disso, a desigualdade econômica entre homens e mulheres é um aspecto crucial abordado pela economia feminista, que busca compreender e combater a pobreza feminina resultante de disparidades salariais, segregação ocupacional e sobrecarga com tarefas domésticas e de cuidado não remunerado. Ainda, a economia feminista dedica-se a identificar e analisar as disparidades no acesso a recursos econômicos, como terra, crédito e oportunidades de emprego, visando promover estratégias para

superar essas desigualdades. Por fim, essa perspectiva enfatiza a importância da representação política e do poder de decisão das mulheres, buscando romper as barreiras institucionais e culturais que limitam seu acesso a posições de liderança e defendendo uma maior participação feminina na formulação de políticas econômicas e sociais.

5. O OLHAR DAS MULHERES SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O presente capítulo tem como objetivo compreender como as mulheres percebem e se engajam no modelo econômico solidário, considerando suas experiências e trazendo luz a aspectos muitas vezes negligenciados. Após realizar os diálogos com mulheres atuantes na ES, foi possível construir uma compreensão sobre a percepção feminina nesse ambiente, bem como das dinâmicas de trabalho que se desenrolam. Neste capítulo será realizada uma análise centrada na visão de três mulheres, que compartilharam suas narrativas e seu olhar sobre o papel que desempenham. As histórias serão contadas por mulheres que atuam em empreendimentos econômicos solidários distintos no Rio Grande do Sul, com intuito de entender melhor a realidade local, para enfatizar a importância de uma abordagem mais atenciosa às mulheres envolvidas nessa perspectiva, a qual se manifesta como uma alternativa de mudança dentro da sociedade capitalista e de superação das desigualdades decorrentes desse sistema fundamentado na opressão e exploração.

Ao longo deste estudo, examinaremos as narrativas e percepções compartilhadas por essas mulheres, mergulhando profundamente em suas histórias para identificar tanto os avanços quanto às possíveis limitações em relação à igualdade de gênero. Retomando a questão central que guia esta pesquisa, almejamos obter uma compreensão mais profunda da trajetória de inclusão dessas mulheres na ES. Buscamos também analisar as dinâmicas laborais que permeiam esse contexto e investigar se a ES reproduz os padrões observados na economia convencional em relação à divisão de gênero do trabalho. Essa análise visa contribuir para o diálogo crítico sobre como a ES pode servir como um espaço de transformação genuína, não apenas no âmbito econômico, mas também no social e de gênero. A partir das vozes e experiências dessas mulheres, pretendemos lançar luz sobre a intersecção entre a ES e a equidade de gênero, bem como fornecer *insights* valiosos para informar futuras iniciativas e políticas voltadas para a promoção de relações de trabalho mais justas e inclusivas.

5.1 AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A DIVISÃO SEXUAL DAS ATIVIDADES

Através de diálogos com as mulheres que voluntariamente compartilharam suas experiências, emergem nuances que traçam a intersecção entre suas vidas e a ES. Dentro dessas narrativas, as convergências se destacam, revelando vínculos compartilhados, como a jornada de inserção na esfera da ES e, também, as complexidades das relações de trabalho nesse âmbito colaborativo. Contudo, é igualmente impressionante a diversidade de caminhos que essas mulheres percorreram, gerando histórias singulares que se desenrolam em contextos variados. Tais trajetórias distintas se entrelaçam com as conexões individuais e a aplicação ímpar de perspectivas dentro da ES, evidenciando um mosaico intrincado de visões e valores que enriquecem e desafiam a compreensão desse campo em evolução. Neste estudo, serão exploradas essas interações, buscando identificar os fios condutores que unem essas experiências e compreender como elas moldam e são moldadas pelo movimento da ES.

A Entrevistada 1 contou que a ES surgiu gradualmente na sua trajetória, pois ela já estava exausta da rotina na iniciativa privada e sempre esteve envolvida com trabalhos artesanais e, posteriormente, começou a se envolver com teatro. Foi então que uma perspectiva mais ampla sobre a vida começou a se instaurar de forma natural, foi percebendo que no universo do artesanato existiam pessoas que trabalhavam em conjunto, de forma colaborativa. Conduzindo seu caminho, aprendeu com essa experiência, não foi algo premeditado do tipo “(...) isso é ES, então agora eu vou fazer. Não, foi uma coisa que foi rolando, sabe?”, portanto, nesse caso, a inserção na ES foi algo que se desenrolou organicamente. Ela vê essa experiência com o teatro como um ponto de virada, que a ajudou a compreender melhor seu lugar no mundo e sua identidade pessoal. Uma amiga envolvida na ES desempenhou um papel crucial em politizar sua consciência, tornando-a ciente da sua inserção no sistema capitalista e das limitações inerentes a esse sistema. Essa percepção a levou a tomar a decisão de deixar um trabalho em que testemunhou injustiças, mesmo que não a tenham afetado diretamente. Sua aversão a presenciar tais situações a impulsionou a buscar atividades que a fizessem sentir-se bem e satisfeita. Assim, se voltou para o artesanato, uma prática que já estava presente em sua família e começou a explorar essa área como uma forma de ganhar a vida de maneira mais alinhada com seus valores e interesses.

Ordinariamente demonstrou uma inclinação para a ação e a liderança desde cedo. Ao longo de sua trajetória na escola, frequentemente ocupava o papel de líder na sala de aula e também participou do movimento dos caras pintadas durante o ensino médio. Além disso, ela se envolveu em várias iniciativas relacionadas a direitos. Na escola da comunidade havia uma diretora que era reconhecida por seu engajamento ativo na luta por causas justas. Ela se considera influenciada por essa diretora, que a ensinou a participar em assembleias populares, como o Orçamento Participativo, para reivindicar direitos e exercer sua cidadania.

A Entrevistada 2 deu início a sua jornada primeiramente por necessidade. Sua trajetória profissional teve início em uma ONG chamada Maria Mulher, uma organização de mulheres negras da região de Cruzeiro. Ao ingressar no Maria Mulher, tinha como objetivo encontrar emprego. Naquela época, com apenas 19 anos, engravidou e deu à luz sua primeira filha aos 20 anos. Dois anos depois, conheceu a instituição Maria Mulher. Durante esse período, trabalhou como auxiliar de serviços gerais e faxineira. No entanto, sentia desconforto com a dinâmica tradicional de empregado-patrão, onde “um dita e o outro obedece”, levando à exploração, humilhação e diversas formas de violência, particularmente intensificadas para uma mulher negra.

Sua conexão com a Maria Mulher começou por meio da escola, quando recebeu um convite para conhecer a instituição. Ela expressava a necessidade de um espaço que reconhecesse e remunerasse seu trabalho, em vez de apenas frequentar cursos e oficinas. Esse desejo a levou a se envolver mais profundamente com a organização, apesar da resistência inicial. Com o tempo, percebeu que Maria Mulher era um lugar onde as pessoas se envolviam intensamente e encontravam um senso de pertencimento. Ela começou a participar de oficinas e cursos, como o de papel reciclado e informática, apesar de seu histórico educacional limitado. Gradualmente, ela se destacou como a única participante constante nas oficinas de papel reciclado, enquanto outras mulheres entravam e saíam devido às demandas de sustento de suas famílias. Com o tempo, ela expressou seu desejo de compartilhar seu conhecimento e habilidades, e assim começou a desempenhar o papel de facilitadora nas oficinas de papel reciclado. Sua experiência e expertise a levaram a se envolver cada vez mais no processo, ganhando responsabilidades adicionais. Eventualmente, Maria Mulher começou a desenvolver projetos que reconheciam e remuneravam seu trabalho como educadora. A partir desse ponto, ela assumiu a posição de educadora

na organização, seguindo a filosofia de Paulo Freire, que acreditava que ninguém é tão limitado que não possa ensinar. Através desse processo, ela encontrou um espaço onde sua experiência e habilidades eram valorizadas, permitindo-lhe desempenhar um papel ativo na educação e empoderamento de outras mulheres na ES.

A Entrevistada 3 trabalhou na CUT, a Central Única dos Trabalhadores e nessa época, a ES estava em seus estágios iniciais, ela recorda de sua participação no primeiro Fórum Social Mundial, quando ainda trabalhava na CUT. A agência de desenvolvimento solidário, um órgão da Central focado na organização de projetos coletivos, foi criada, mas ela não chegou a trabalhar diretamente nela, pois estava em processo de formação acadêmica e não podia exercer as atividades sem ter finalizado a graduação em economia que cursava na UNISINOS, onde também se envolveu em atividades estudantis, como o Diretório Acadêmico de Economia. Durante esse período, ela conheceu um programa de microcrédito no Unilasalle e começou a se aproximar de projetos relacionados à ES. Uma funcionária do Unilasalle, colega dela do curso de economia, estava envolvida com um projeto de microcrédito na incubadora tecnológica da instituição, o que a aproximou ainda mais da ES.

Nesse contexto, o coordenador da incubadora a convidou para um estágio na área de ES, pois o Unilasalle estava montando um núcleo nesse âmbito em colaboração com grupos de Canoas, onde residia. Ela começou então a trabalhar com quatro grupos focados em alimentação, artesanato e reciclagem. A iniciativa do núcleo de ES do Unilasalle foi motivada por discussões promovidas pelo CAMP, o Centro de Assessoria Multiprofissional, uma ONG que historicamente apoiava o movimento popular e a ES. O CAMP estava promovendo debates e seminários em várias cidades, incluindo Canoas, estimulando instituições como o Unilasalle a criar espaços voltados para a ES. Também participou da organização de uma feira de ES no Unilasalle, principalmente com foco nos grupos de artesanato e alimentação. Seu envolvimento nessa fase inicial da ES marcou o início de sua jornada nesse campo.

As entrevistadas concordam que a divisão sexual do trabalho é um problema persistente na ES, embora suas percepções variem, para a Entrevistada 1, essa dinâmica varia de grupo para grupo, e até mesmo de região para região, assim como entre diferentes setores. Por exemplo, a agricultura familiar é um contexto em que a divisão de tarefas ocorre de maneira distinta e é bem definido o papel da mulher. Já nos empreendimentos urbanos, os quais ela se sente mais à vontade para opinar, a observação é similar, nota que as mulheres frequentemente carregam uma carga

maior, uma situação que ela percebe como comum e digna de atenção. No entanto, é evidente que mais mulheres estão engajadas e ativas nesses empreendimentos em comparação aos homens e a dinâmica entre as mulheres empreendedoras é notável. Em contrapartida, nos casos em que os empreendimentos são predominantemente masculinos, observa que alguns homens tendem a ser mais reservados, participando sem se manifestar ativamente. Entretanto, há também aqueles que assumem uma posição de liderança mais proeminente, falando em nome do grupo. Nessa dinâmica, as mulheres muitas vezes deixam que os homens assumam a dianteira, posicionando-se pelo grupo. Também destaca que as situações de machismo ainda ocorrem, ainda que de maneira muito velada, e que normalmente as pessoas alegam que estão agindo para o bem de outros. No entanto, ela sustenta que já testemunhou colegas sendo julgadas e repreendidas por flertarem e socializarem com seguranças durante uma feira, causando impacto negativo na reputação das pessoas envolvidas, e essa recriminação do ato partiu também das mulheres. Tais experiências revelam a discriminação enfrentada por mulheres e a necessidade de avanços significativos no cenário local do Rio Grande do Sul.

Na visão da entrevistada 2, a divisão sexual do trabalho é presença constante na ES, sendo altamente desfavorável. Esse quadro de violência de natureza patriarcal, onde a voz da mulher é interrompida antes mesmo de concluir seu pensamento, contribui para a validação contínua de que os espaços são predominantemente masculinos. Parece haver uma tendência em validar o discurso de determinados indivíduos do sexo masculino, enquanto questionam ou não replicam tão prontamente o discurso das mulheres. Essa dinâmica tem gerado incômodo em relação a algumas situações, levando a uma reflexão sobre o fato de que ações como alguém assumir a frente da conversa ou interromper o diálogo podem estar enraizadas em uma visão de superioridade. Há um desejo genuíno de confrontar tais comportamentos, sendo comum para ela questionar a atitude de alguém que, por exemplo, se coloca em posição de destaque apenas pelo fato de ser um homem ou que interrompe o fluxo da fala de outra pessoa. A percepção é de que essa situação tem semelhanças com o racismo, no sentido de que as discussões sobre esses temas são frequentemente consideradas ofensivas e, portanto, difíceis de serem abordadas abertamente. Existe uma resistência em admitir a existência de atitudes machistas, uma vez que muitos negam esta identificação. Repete-se a mesma dinâmica quando se trata de questões raciais, em que a negação prevalece. Tal padrão de

comportamento é observado repetidamente em reuniões e discussões, sendo aceito como parte do funcionamento natural das coisas. Esse fenômeno é identificado como uma reprodução inconsciente dessas tendências enraizadas na economia capitalista.

A Entrevistada 3 não possui lembranças claras de episódios que evidenciam questões de machismo ou das complexidades das relações de gênero em seu passado dentro da ES e inclusive revela que, na época, não tinha uma compreensão consciente desses aspectos. No entanto, recorda de uma relação de trabalho com um ex-chefe que, embora agora tenha sido superada, ela costumava interpretar predominantemente como uma dinâmica de poder. Essa interpretação não estava necessariamente ligada ao machismo, visto que naquele momento não filtrava as situações sob a perspectiva de gênero e por isso mantinha uma visão de aceitação das pessoas como indivíduos, desconsiderando a dinâmica de gênero ou até mesmo de raça. Nesse contexto também menciona a curiosa associação que algumas vezes ocorre no campo político, onde a ideia de que a esquerda não perpetua o machismo ou a violência de gênero é propagada, algo que ela considera intrigante. No entanto, traz à tona uma experiência que ocorreu dentro do contexto do movimento em que esteve envolvida. Nessa situação, ela lembra de ter assumido a coordenação de um projeto e notou que, mesmo que não fosse explícito, havia uma diferenciação no tratamento para ela enquanto líder em relação a outros colegas do movimento. Embora não fosse facilmente identificável como machismo ou uma questão de gênero, percebeu que existia um padrão distinto de comportamento com base no gênero das pessoas envolvidas. Ainda, destaca a complexidade de identificar essas questões de gênero, uma vez que não fica sempre óbvio se uma ação está sendo motivada pelo fato de ser dirigida a uma mulher, refletindo sobre como essa dinâmica pode ser influenciada por construções sociais profundamente enraizadas na sociedade.

A divisão sexual do trabalho é uma herança histórica que permeia várias esferas da sociedade, e a ES não é uma exceção. No contexto capitalista, as ocupações e setores de trabalho foram tradicionalmente segregados por gênero, com algumas áreas sendo consideradas "femininas" e outras "masculinas". Essa separação de funções contribuiu para a desvalorização do trabalho realizado por mulheres, muitas vezes relegando-as a posições de menor remuneração e status. Embora a ES tenha como objetivo a busca por relações mais igualitárias e colaborativas, as complexas interações entre gênero, poder e economia continuam a influenciar e moldar as dinâmicas internas dessa esfera.

Em suma, as trajetórias das entrevistadas ressaltam a importância da ES como um espaço de empoderamento e resistência para as mulheres. A entrada nesse campo muitas vezes é motivada devido a uma busca por valores mais alinhados, levando a uma transformação pessoal, profissional e social. No entanto, a persistência da divisão sexual do trabalho e das dinâmicas patriarcais desafia a igualdade de gênero na ES, exigindo um compromisso contínuo com a conscientização e ação para superar essas barreiras. Além disso, é essencial que a ES adote uma incorpore em suas práticas a crítica em relação aos sistemas capitalistas e patriarcais que perpetuam a desigualdade. Isso envolve repensar as estruturas de poder, questionar os valores subjacentes à divisão do trabalho e trabalhar para criar um ambiente em que as habilidades e contribuições das mulheres sejam valorizadas de maneira igualitária.

5.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E IGUALDADE DE GÊNERO

Apesar de possuir um potencial para catalisar mudanças profundas na dinâmica de trabalho e nas relações de poder, a persistência de desigualdades de gênero dentro desse contexto merece reflexão. Ao mergulhar nas histórias pessoais e nas perspectivas dessas mulheres, podemos ampliar a compreensão das complexas interações entre ES e gênero. Neste momento, examinaremos as narrativas que as entrevistadas oferecem sobre como a ES pode ser um terreno fértil para a promoção da igualdade de gênero, mas também revelam as barreiras persistentes que ainda precisam ser superadas para que isso seja plenamente alcançado.

Segundo a Entrevistada 1, que acredita ser possível que a ES alcance em algum momento a igualdade entre os gêneros

Os grupos de mulheres, eles fazem muito esse trabalho de inclusão. Eu mesma participo de uma coletiva feminista, né? Que a gente trabalha com a mulherada assim e eu sou da ES. E como eu e outras também, né? A gente vem entrando no mundo assim. (E1).

Ao afirmar que “a gente vem entrando no mundo assim” sugere que elas estão gradualmente adentrando e se envolvendo mais nos campos da coletiva feminista e

da ES, gerando uma conscientização crescente sobre a importância da inclusão e igualdade de gênero e a promoção desses valores nos campos que atua.

Sob o olhar da Entrevistada 2, que reforça a ideia de que a ES pode sim ter igualdade de gêneros em algum momento futuro

A gente tá parindo gente com outro pique, outra pegada [...] Que já chega dizendo e não sei o quê. Não é como eu que foi castrada, que foi podada, que teve que tirar um monte de coisa pra poder chegar aqui hoje e dizer aí, também sou isso aqui. Não, a minha filha já vem sem nada disso. A minha neta, então que tem dois anos, quando ela começar, acho que já com quatro, cinco anos, ela já sabe muito bem o que é isso, o machismo, entendeu? Porque a gente vem de uma outra pegada. (E2).

Informando que as novas gerações têm uma perspectiva diferente, e também uma maneira diferente de encarar as coisas. Porém ressalta uma preocupação com questões que podem atrapalhar esse progresso, como o jogo político partidário atual, destaca que a juventude atual não possui interesse pela política existente e pelas estruturas de organização que ela desencadeia.

A entrevistada também abordou a questão da ES e seu papel na busca pela igualdade de gênero. Argumentou que a ES não deve ser vista apenas como uma ferramenta de mudança sistêmica, mas sim como uma alternativa de vida. Assim também destacou a importância de incorporar princípios fundamentais, como autonomia, cooperação, autogestão, solidariedade, consumo consciente e respeito ao meio ambiente, para criar um modelo econômico mais justo e inclusivo e enfatizou a necessidade de pensar além das estruturas tradicionais e considerar as implicações de gênero em todas as esferas da vida, incluindo a economia. Do mesmo modo, acredita que a transformação do sistema capitalista opressor e machista é essencial para criar um ambiente onde a igualdade de gênero possa prosperar e expressou sua aspiração de inspirar e incitar um desejo por mudança nas pessoas, destacando seu compromisso em criar um futuro mais igualitário e justo.

Na perspectiva da Entrevistada 3, a ES não alcançará a igualdade de gênero

Pra mim, a realidade de gênero, assim... Acho que não passa só pela ES. Claro, se ela se consolidasse como modelo hegemônico, sem dúvida nenhuma. Eu acho que ainda tem muita coisa pra avançar. Primeiro porque ela não é um modelo hegemônico, no sentido de que ela que dita as regras majoritárias da reprodução da vida, das relações de trabalho e porque ela não tem isso hoje. Há uma luta pra isso, se espera que tenha isso. Mas como você ainda encontra a desigualdade de gênero, talvez não tanto quanto no mercado convencional não acredito que ela consiga. (E3).

Salientando que a desigualdade é influenciada pelas relações capitalistas, se manifesta em diferentes dimensões das interações no trabalho. A ES não existe isoladamente; ela não opera em um circuito fechado, mas em circuito aberto, continuando a interagir com o sistema capitalista que abriga essas desigualdades. Considerando essa dinâmica, é questionável a capacidade de a ES romper com essas relações desiguais, uma vez que, devido às suas conexões com o sistema dominante, pode ser difícil alcançar essa meta.

Nas entrevistas realizadas foi possível averiguar que a ES, apesar de não se apresentar de forma explícita como uma expressão de machismo ou desigualdade de gênero, demonstra indícios claros de reprodução desses padrões culturais enraizados. Como dito por uma das entrevistadas

a coisa não aparece necessariamente como uma atitude machista, como uma questão de gênero, mas a gente sabe que é, porque tu vê a forma como o cara trata outros companheiros do movimento, certo? Diferente de ti, ou diferente de outras colegas militantes, por exemplo. Então a gente vê. E aí, como é muito difícil de materializar que aquilo ali é uma questão de gênero que aquilo você está fazendo, porque... E aí tipo assim, ah, está fazendo porque é mulher. (E3).

Essa percepção enfatiza a sutil e muitas vezes imperceptível natureza das formas de desigualdade de gênero que permeiam as estruturas da ES. Mesmo sem se manifestar de maneira explícita, as atitudes diferenciadas e as relações de poder subjacentes revelam que as dinâmicas machistas estão presentes, afetando as interações, as oportunidades e os tratamentos dentro do movimento. Portanto, é evidente que a análise das entrevistas conduzidas com essas participantes da ES revela uma importante questão de gênero que merece uma atenção mais aprofundada e uma reflexão crítica por parte do movimento. Reconhecer e enfrentar essas complexas interações entre ES e desigualdade de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade realmente solidária, justa e equitativa, na qual todas as pessoas tenham a oportunidade de contribuir e se beneficiarem igualmente.

As entrevistas também lançaram luz sobre as complexas relações de poder que podem se desenrolar dentro da ES, influenciando as dinâmicas de gênero. Embora a ES tenha a intenção de criar um espaço igualitário, a estrutura hierárquica muitas vezes se mantém, reproduzindo desequilíbrios de poder que afetam desproporcionalmente as mulheres. As entrevistadas observaram que, embora a desigualdade de gênero não seja sempre explicitamente reconhecida, ela se torna

evidente nas interações diárias e nas oportunidades disponíveis. A citação "a coisa não aparece necessariamente como uma atitude machista, como uma questão de gênero, mas a gente sabe que é..." ilustra como essas relações de poder podem ser percebidas e sentidas, mesmo que não sejam facilmente quantificáveis ou tangíveis. Isso ressalta a importância de uma análise crítica das estruturas internas da ES para identificar e desconstruir os elementos que perpetuam a desigualdade. Embora a ES busque promover a justiça social e a igualdade, ela não está isenta das influências culturais mais amplas que podem perpetuar a desigualdade de gênero. Uma abordagem transformadora exige a implementação de práticas conscientes que desafiem ativamente as normas de gênero e as relações de poder existentes. Isso pode envolver a criação de espaços seguros para discussões abertas sobre gênero, o estabelecimento de políticas internas para garantir a igualdade de oportunidades e a promoção de lideranças femininas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a realizar uma análise da literatura acerca dos conceitos de gênero e da teoria econômica convencional. Os resultados indicam que esses conceitos são produtos da construção social, não inerentes à natureza humana e historicamente, têm moldado nossa cultura e reforçado o status quo vigente.

Para isso, em um primeiro momento, foi abordada a ES, que devido às suas diversas perspectivas sobre a organização e o comportamento econômico, encontra-se numa posição de distanciamento em relação aos conceitos teóricos tradicionais da economia. Os princípios fundamentais de associação e autogestão inerentes aos empreendimentos econômicos solidários proporcionam uma visão que desafia a premissa de que a economia capitalista é um desfecho inevitável do processo natural de evolução humana. Essa abordagem sugere que certos comportamentos econômicos originados pelo sistema capitalista, os quais exercem influência sobre outros comportamentos sociais, podem ser revertidos. Por exemplo, estruturas proeminentes produzidas pela economia de mercado podem ser superadas, derrubando uma sociedade centrada no individualismo e na competição.

Após, foi realizada uma análise das explicações feministas sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a categoria de gênero emergiu. Essa categoria, seja ela econômica, social ou cultural, possibilitou a compreensão de que as representações e comportamentos atribuídos aos gêneros feminino e masculino têm evoluído ao longo do tempo e variado em diferentes sociedades. Conseqüentemente, as dimensões sociais e culturais foram integradas às dimensões psico-biológicas das diferenças entre os sexos. Isso revelou que o conceito de "mulher" não é fixo nem imutável, podendo e devendo ser sujeito a questionamentos.

Posteriormente, a discussão dentro do âmbito da Economia Feminista contribui para reformular a configuração da divisão do trabalho reprodutivo, destacando sua natureza coletiva e socialmente interligada. Ao fazê-lo, desafia a abordagem abstrata da teoria econômica tradicional, a qual não reconhece plenamente o valor do trabalho doméstico e de cuidados como integrante essencial do funcionamento da esfera produtiva. Historicamente atribuído às mulheres, esse tipo de trabalho é subestimado na análise econômica convencional. Isso, por sua vez, acarreta questionamentos sobre os fundamentos econômicos subjacentes às principais correntes da ciência

econômica, visto que essas abordagens não oferecem um diagnóstico abrangente da realidade, tornando evidente a necessidade de uma revisão substancial.

A análise da participação das mulheres na ES revelou sua capacidade de organização e de conquista, além de visibilizar a importância do trabalho reprodutivo e de cuidados para a sociedade como um todo. No entanto, é notório que as mulheres ainda estão associadas às tarefas tradicionalmente vinculadas ao âmbito doméstico.

A ES se apresenta como uma abordagem econômica que visa transcender os paradigmas tradicionais de competição e hierarquia, favorecendo princípios de cooperação, solidariedade e igualdade. No entanto, a investigação realizada neste estudo destacou que, mesmo dentro dessa abordagem aparentemente progressista, a divisão sexual do trabalho persiste, reproduzindo os preconceitos que permeiam a economia tradicional. Uma das principais descobertas desta pesquisa foi a maneira sutil pela qual os preconceitos de gênero são reproduzidos na ES. Enquanto muitas vezes a atenção é voltada para a igualdade superficial, as normas culturais estão profundamente enraizadas e ainda influenciam a atribuição de papéis e responsabilidades. Ainda que as mulheres estejam mais presentes em grande parte dos setores da ES, esses comportamentos se reproduzem inclusive entre elas mesmas, tal como ocorre no sistema econômico capitalista.

O contato com as narrativas das mulheres trouxe uma experiência enriquecedora e, ao mesmo tempo, tocante. Essas histórias revelaram as complexidades de suas vidas, evidenciando de maneira dolorosa o distanciamento que ainda persiste em nossa sociedade rumo à igualdade de gênero. É lamentável constatar que, mesmo imersa na estrutura da economia capitalista e mantendo vínculos com suas práticas, a capacidade de romper totalmente com esses padrões se mostra desafiadora. Para que a ES possa verdadeiramente transcender as fronteiras da desigualdade de gênero, é necessário um comprometimento contínuo com a conscientização, educação e transformação interna.

Primeiramente, é fundamental criar espaços de diálogo e capacitação destinados a promover a compreensão e a conscientização sobre as questões de gênero na ES. Isso inclui não apenas sensibilizar as mulheres sobre seus direitos e o valor de suas contribuições, mas também envolver homens e a comunidade em geral para combater os estereótipos estabelecidos que perpetuam a desigualdade. Além disso, o empoderamento econômico das mulheres dentro da ES deve ser priorizado, isso envolve garantir o acesso a recursos, oferecer oportunidades de liderança e

reconhecimento igualitário pelo trabalho realizado. A implementação de políticas de equidade de gênero, a transparência na alocação de recursos e a inclusão de mulheres em posições de tomada de decisão são medidas cruciais. A educação também deve ser uma ferramenta central nesse processo de transformação. Isso abrange a educação tanto das mulheres envolvidas na ES quanto das comunidades mais amplas. A conscientização sobre os benefícios de uma abordagem igualitária e sobre os prejuízos dos estereótipos de gênero pode catalisar mudanças de atitude e comportamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONUMÁ, Helena Gomes. As mulheres e a ES: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. 2015.
- CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma economia feminista. **SOS-Sempre Viva Organização Feminista**, 2005.
- CARRASCO, Cristina (Ed.). Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas. Icaria Editorial, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. **BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos**, v. 2, p. 17-32, 1994
- COELHO, Lina. Economia feminista. Dicionário internacional da outra economia, p. 128-133, 2009.
- COLOMBY, Renato Koch et al. A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 3, n. 8, p. 852-887, 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Boitempo Editorial, 2017.
- DOS SANTOS SOUZA, Terezinha Martins. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 475-494, 2015.
- ES no Brasil: contexto histórico, avanços e obstáculos. Incop, 2020. Disponível em: <<https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>>. Acesso em 21 de julho de 2023.
- FERNANDEZ, BRENDA PAULA. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, p. 559-583, 2018.
- FLORES, Manoela Donaduce. As mulheres na ES e os indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. 2014.
- GAIGER, Luiz Inácio. **A ES no Brasil**. Ed. Oikos, São Leopoldo, 2014.
- GAULEJAC, Vincent. Histórias de Vida e escolhas teóricas. **Les Cahiers du Laboratoire de Changement Social**, v. 1, p. 32-45, 1996.
- GERMAN, Lindsey. Theories of patriarchy. *International socialism*, v. 2, n. 12, p. 33-51, 1981.
- GODÓI, Christiane Kleinubing et al. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. Saraiva Educação SA, 2017.
- GUARIDO, Maria Cristina Meloni; LÉRIAS, Reinéro Antonio. Economia social/solidária: uma alternativa do sistema capitalista. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 4, p. 45-60, 2007.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero¹. **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**, p. 71, 2003.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

LORDE, Audre et al. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista estudos feministas, v. 8, n. 02, p. 09-41, 2000.

NOBRE, Miriam. Interação entre a economia feminista e ES nas experiências de grupos de mulheres. **Sempre Viva Organização Feminista**, p. 1-11, 2014.

NOBRE, Miriam. **Mulheres na ES**. A outra economia, p. 1-10, 2003.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

Observatório Nacional da ES e do Cooperativismo. Disponível em <<https://ecosol.dieese.org.br/index.php>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Revista estudos feministas, v. 16, p. 305-332, 2008.

OROZCO, Amaia Pérez. Diagnóstico de la crisis y respuestas desde la economía feminista. **Revista de Economía Crítica**, n. 9, p. 131-144, 2010.

OS NOVOS DADOS DO MAPEAMENTO DE ES NO BRASIL: NOTA METODOLÓGICA E ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIOESTRUTURAIS DOS EMPREENDIMENTOS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. Disponível em <[Relatório de Pesquisa](#)>. Acesso em 08/02/2023.

PESSOA, Cludes; POUCHAIN RAMOS, J.; FERNANDES PEIXOTO, S. ES e feminista: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres, v. 15, p. 30, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. **Rio de Janeiro: Civilização brasileira**, v. 3, 2002.

SANTOS, Graciete. ES e Feminista: um encontro possível. Cadernos Feministas de Economia e Política, v. 5, p. 69-90, 2009.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes da. Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero. **IV Seminário Nacional Trabalho e Gênero**, 2012.

SINGER, Paul. Introdução à ES. 2018.

SOLOW, Robert M.; FERBER, Marianne; NELSON, Julie. **Feminist theory, women's experience, and economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 135-166, 2018.

ANEXO – ROTEIRO ENTREVISTAS

Roteiro das entrevistas realizadas para a pesquisa.

1. A quanto tempo que atua com a economia solidária?
2. Porque escolheu atuar com a economia solidária e como isso aconteceu?
3. Como você percebe as divisões de atividades/tarefas no âmbito da economia solidária?
4. Qual sua percepção de desigualdade de gênero como mulher atuante na economia solidária?
5. já passou por alguma situação de discriminação de gênero dentro da economia solidária? Se sentir-se à vontade podes falar sobre ela?
6. Sente que há algum tipo de divisão sexual do trabalho?
7. Como as relações de gênero afetam a economia solidária?
8. Como mulher, você se sente em um ambiente igualitário?
9. Acredita que a economia solidária possa alcançar a igualdade de gênero?
10. A economia solidária é um ambiente feminino?